



**EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: IMPACTOS NO DESEMPENHO  
PROFISSIONAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE.  
CONTINUING HEALTH EDUCATION: IMPACTS ON THE PROFESSIONAL  
PERFORMANCE OF COMMUNITY HEALTH AGENTS.**

**Agnaldo Junio Barroso do Couto <sup>1</sup>, Filéta de Souza Gomes Neta <sup>2</sup>**

1 Agnaldo Junio Barroso Do Couto

2 Filéta de Souza Gomes Neta

3 Prof. Me. Everaldo Júnior e Prof.<sup>a</sup> Ms. Gessica

**Resumo**

Em meio à vasta rede do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) operam como elementos vitais. Mesmo ocupando uma posição tão estratégica, enfrentam desafios significativos, sobretudo devido à lacuna na Educação Permanente em Saúde (EPS). O presente estudo tem como objetivo investigar os impactos negativos da ausência de educação permanente em saúde no desempenho do agente comunitários de saúde. Para alcançar tais objetivos, utilizou-se uma revisão bibliográfica narrativa de caráter exploratório e qualitativo. Sendo realizado a análise minuciosa de literaturas relevantes disponíveis. A análise dos materiais coletados revelou que a ausência de EPS tem implicações profundas para a APS, comprometendo a qualidade da assistência prestada pelos ACS. Esse déficit de capacitação desencadeia uma série de problemas operacionais, como ineficiências na execução de tarefas, falhas de comunicação com a comunidade e um declínio geral na eficácia dos serviços prestados. Conclui-se que a EPS não é apenas desejável, mas essencial para otimizar a performance dos ACS no ambiente da APS.

**Palavras-chave:** Educação permanente; Agentes Comunitários de Saúde; Atenção Primária; Enfermagem;

**Abstract**

In the midst of the vast network of the Unified Health System (SUS) in Brazil, Community Health Agents (ACS) operate as vital elements. Even though they occupy such a strategic position, they face significant challenges, especially due to the gap in Permanent Health Education (PHE). The aim of this study was to investigate the negative impacts of the lack of permanent health education on the performance of community health agents. To achieve these objectives, a narrative bibliographical review of an exploratory and qualitative nature was used. A thorough analysis of the relevant available literature was carried out. Analysis of the materials collected revealed that the lack of EPS has profound implications for PHC, compromising the quality of care provided by CHAs. This training deficit triggers a series of operational problems, such as inefficiencies in the execution of tasks, communication failures with the community and a general decline in the effectiveness of the services provided. We conclude that EPS is not only desirable, but essential for optimizing CHW performance in the PHC environment.

**Keywords:** Continuing Education; Community Health Agents; Primary Care; Nursing

**Contato:** [juninhobarroso71@hotmail.com](mailto:juninhobarroso71@hotmail.com), [filetaaraujo@hotmail.com](mailto:filetaaraujo@hotmail.com), [coordenacaoenfsi@somospromove.com.br](mailto:coordenacaoenfsi@somospromove.com.br)

## Introdução

A Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1947 define saúde não apenas como a simples ausência de doença ou enfermidade, mas como "o estado de completo bem-estar físico, mental e social" (WHO, 1946). O Sistema Único de Saúde (SUS) iniciou-se na década de 1980; onde vários grupos do movimento sanitário se uniram com o único objetivo de encontrar uma forma de solucionar os problemas que surgem na saúde da população e defender o direito universal à saúde (BRASIL, 2018). O SUS, foi instituído no país por decreto da Constituição da República Federativa do Brasil, e regulamentado pela Lei n.º 8.080 e Lei n.º 8.142 que dispõe sobre as condições de promoção, proteção e recuperação da saúde, organização e funcionamento e financiamento dos serviços, e outras medidas, esta lei estabelece que a saúde é um direito humano e dever do estado, ao qual cabe criar condições que visem à redução de doenças e agravos, promoção da saúde, acesso universal, proteção e recuperação da saúde (BRASIL, 1990).

No SUS, os serviços de saúde estão subdivididos em 3 esferas de assistência sendo atenção primária, secundária e terciária de saúde, em que a Atenção Primária à Saúde (APS) é considerado a principal porta de entrada dos usuários para o sistema de saúde, apresenta caráter comunitário, nela são priorizados ações promoção e prevenção de saúde, tendo como objetivo oferecer acesso universal, coordenar e ampliar o apoio em níveis de atenção mais complexos, além de priorizar ações de promoção de saúde e prevenção de doenças (MENDES, 2019).

Já a Atenção Secundária à Saúde (ASS) visa promover a continuidade dos cuidados ao paciente com o apoio de especialistas e da tecnologia intermediária, nela estão presentes consultórios e centros especializados. A Atenção Terciária à Saúde (ATS) é encarregada de apoiar e complementar a atenção primária, na investigação diagnóstica, e no tratamento e atendimento de urgências, é composta de

hospitais gerais e especializados de grande porte incluindo procedimentos que envolvam e demandam tecnologia especializada (MENDES, 2019).

Desde a implementação do SUS, houveram avanços históricos, como descentralização, municipalização de ações e serviços, trazendo amplamente a melhoria e a ampliação da saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004). Dentre esses avanços na atenção primária destaca-se a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), instituída em 2006 e atualizada em 2017, que estabelece diretrizes e normas para a organização da Atenção Primária à Saúde (APS) no âmbito do SUS, composta por programas nacionais de saúde que visam atender às necessidades de saúde da população brasileira de forma integral, contínua e resolutiva como a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Saúde da Família (PSF) (BRASIL, 2017).

O Programa de Saúde da Família (PSF), estabelecido em 1994, foi criado com o propósito de aprimorar o estado de saúde da população, com o objetivo de oferecer uma assistência de saúde de qualidade. Ele se baseia na promoção da saúde, na identificação precoce de problemas, no tratamento e na recuperação, alinhando-se com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e focando nos usuários, suas famílias e na comunidade em geral (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017). O PSF, surgiu de uma demanda crescente da população por redes de alta complexidade como porta de entrada do SUS, portanto havia a necessidade de um programa que funcionasse adequadamente nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) de forma pontual e humanizada com a reorganização do modelo assistencial (BRASIL, 2000).

A assistência de saúde passou a ser organizada nas práticas de atenção à saúde, com novas bases, substituindo o modelo tradicional, levando o

cuidado e a saúde para mais perto da família e melhorando a qualidade de vida dos brasileiros. Diante disso, com a implantação do PSF, o mesmo tem se tornado a principal estratégia para a ampliação do acesso do usuário ao SUS (PINTO; GIOVANELLA, 2018). Em 1996, o PSF passou por reformulações se transformando em Estratégia de Saúde da Família (ESF), essa mudança ocorreu devido à ideia de que o programa possui um tempo determinado e a estratégia seria algo permanente e contínuo (BRASIL, 2000).

A transição entre o PSF e ESF, proporcionou a formação das primeiras equipes de estratégia em saúde da família, e inserção da atuação do Agente Comunitário de Saúde (ACS), essa implantação oficial se deu inicialmente nas regiões do Nordeste, onde eram conhecidos inicialmente como visitantes sanitários e inspetores de saneamento. Ao longo dos anos a atuação do ACS, no SUS tem sido amplamente analisada no Brasil e estudos ressaltam a grande importância desse trabalho na equipe de saúde da família, sendo visto como peça fundamental na promoção da saúde dos usuários do SUS (SAFFER; BARONE, 2017).

Dentre as atribuições dos ACS, destaca-se a identificação das situações de risco, orientação das famílias e a comunidade, encaminhamento dos casos e situações de risco para os demais membros da equipe de saúde, além de desempenhar um papel complementar no planejamento e implementação de intervenções da saúde comunitária (ALONSO et al., 2018). No Brasil temos aproximadamente mais de 200.000 ACS ao serviço do SUS, que atuam na assistência da saúde básica e suas práticas são alvo de diversas discussões devido à posição que ocupam, e em simultâneo, são profissionais de saúde e moradores da comunidade (SAFFER; BARONE, 2017).

Entretanto, estudos revelam que o ACS, tem demonstrado cada vez mais dificuldades nas habilidades relacionadas ao reconhecimento das necessidades de

saúde, na dinâmica social da comunidade e nas relações com os membros da equipe, necessitando, dessa forma, construir conhecimentos que os auxiliem em seu processo de trabalho, visto que o ACS's, capacitados poderiam transmitir informações adequadas e claras aos usuários de saúde, promovendo a integralidade e acesso aos serviços de saúde (VILLEGAS et al., 2018).

Em relação aos desafios profissionais vivenciados pelos ACS, destacam-se a falta de diálogo entre as secretarias estaduais e municipais de saúde em uma disputa de poder total e falta de pactuação técnica, normativa e programática sobre a oferta de intervenções e serviços de saúde que requeiram dotação social para dar suporte aos cuidados essenciais à saúde o que representa uma ameaça a continuidade do cuidado na atenção primária em saúde (DA CRUZ et al., 2020). Vale destacar que além das limitações no desempenho profissional técnico, os ACS's, relatam sentimento de impotência diante das precárias condições de vida da população, sensação de invisibilidade em relação aos esforços realizados, permeabilidade dos limites profissionais e aspectos pessoais, sinais de desgaste, sofrimento emocional e falta de qualificação contínua (FLUMIAN; FIORONI, 2017).

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos, que normatiza o compromisso com a educação dos trabalhadores da saúde, enfatiza a relevância da Educação Permanente em Saúde (EPS) com o intuito de promover a capacitação do profissional (VILLEGAS et al., 2018). O interesse e a preocupação com a formação e qualificação dos trabalhadores da saúde surgiram da reforma sanitária em um movimento de ruptura com o modelo biomédico (DA CRUZ et al., 2020).

A educação permanente é uma prática educativa que norteia a construção de espaços coletivos e individuais de diálogo, e promoção do conhecimento no cotidiano do serviço, contribuindo com a

qualidade da assistência produzida pelos profissionais de saúde e na transformação do desempenho profissional (LAVICH et al.,2017). Em 2004, o Ministério da Saúde introduziu a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) com o objetivo de impulsionar melhorias no campo da saúde e no desenvolvimento de profissionais da área. De acordo com essa política, profissionais de saúde podem adotar um compromisso ético-político desde o momento de sua formação, capacitando-se de maneira crítica para desempenhar eficazmente em diversas circunstâncias (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004).

Apesar da relevância da educação permanente no contexto da saúde, evidências recentes sugerem que o desinteresse e a ausência de algumas classes profissionais atuam como obstáculo e atraso no processo educacional. Acredita-se que tal desinteresse se deriva da ausência de informações sobre a educação permanente, a grande maioria dos profissionais de saúde não entenderem a sua importância para o serviço, e vêem esta atividade como mais uma obrigação a cumprir, diminuindo o incentivo à participação (DA CRUZ et al.,2020). Nessa perspectiva, a educação permanente dos profissionais permite, portanto, lidar com as diversas situações do seu cotidiano de trabalho, reflexão sobre o contexto em que estão inseridos e provocar mudanças (DE ANDRADE; LAPOLLI, 2018).

Com base nesses aspectos, e considerando a relevância da atuação dos Agentes Comunitários de Saúde na promoção e prevenção da saúde, e suas limitações relacionadas aos conhecimentos, habilidades e ausência de capacitações, elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: Como a ausência das ações de Educação Permanente em Saúde impacta no desempenho profissional dos Agentes Comunitários de Saúde? Visando responder à pergunta proposta, este estudo tem como objetivo geral averiguar os impactos negativos da ausência de educação

permanente em saúde no desempenho do agente comunitários de saúde.

Para atingir esse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: Analisar a Educação Permanente em Saúde no contexto da Atenção Primária à Saúde e suas contribuições no desempenho profissional do Agentes Comunitários de Saúde; descrever as implicações na atuação dos Agentes Comunitários de Saúde, decorrentes da ausência de capacitação da Atenção Primária em Saúde; elucidar o papel do enfermeiro da atenção primária na Educação Permanente e apresentar as ações de educação permanente que podem ser desenvolvidas com os agentes comunitários de saúde.

Ao analisar esta temática nota-se que poucos estudos têm como foco avaliar a qualidade dos serviços prestados pelos agentes comunitários de saúde e sua relação com a educação permanente em saúde, indicando uma lacuna de pesquisa no campo científico, desse modo a realização deste estudo torna-se relevante na medida em que contribuirá para a aquisição de conhecimentos sobre esta temática no âmbito científico e social além de demonstrar a importância da educação em saúde no desempenho profissional do ACS, oferecendo subsídios capazes de promover a reflexão sobre esta temática, fortalecer as práticas de cuidados, prevenção e promoção, contribuindo com melhoria da qualidade da assistência em saúde e prestação dos serviços da atenção primária.

## **Métodos e Materiais**

A revisão narrativa da literatura possui um papel fundamental na compilação do conhecimento existente sobre um tópico específico, permitindo ao pesquisador adquirir um suporte teórico de forma eficiente, encurtando o processo de familiarização com a literatura existente (CASARIN et al., 2020).

De acordo com a perspectiva de Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa exploratória busca ampliar a compreensão do tema sob investigação, enquanto a abordagem qualitativa extrai dados diretamente do ambiente, diferenciando-se da abordagem quantitativa que emprega dados estatísticos. Dessa maneira, foi conduzida uma busca minuciosa nas bases de dados eletrônicas SCIELO e MEDLINE através do PubMed. Os termos de busca empregados foram "Agente Comunitário de Saúde", "Educação Permanente em Saúde" e "Atenção Primária em Saúde". O intervalo de busca foi estabelecido entre 2018 e 2023.

Foram identificados 62 artigos relevantes, com 33 disponíveis em texto completo em português. Para essa seleção, estabeleceu-se critérios específicos. Desse modo, adotou-se como critérios de inclusão artigos que discutiam diretamente os impactos da ausência de educação permanente no desempenho dos Agentes Comunitários de Saúde, publicações detalhando claramente sua metodologia e aqueles que tinham conexão direta com o tema principal da pesquisa. Em contraste, os critérios de exclusão consideraram artigos que não focam nos efeitos da falta de educação permanente dos Agentes Comunitários de Saúde, estudos sem descrição clara de metodologia e publicações não disponíveis em texto completo em português.

Com base nesses critérios, 11 dos 33 artigos foram selecionados por atenderem às exigências de inclusão e não se encaixarem nas de exclusão. Esses documentos foram submetidos a uma análise minuciosa, com foco na análise do conteúdo, metodologias, resultados e conclusões, com a finalidade de compreender os efeitos da falta de formação contínua no desempenho dos agentes e identificar as vantagens dessa formação para a prática profissional desse grupo.

## **Discussão**

A partir da análise dos resultados, emergiram cinco categorias temáticas para a discussão subsequente: Educação Permanente em Saúde; o Agente Comunitário de Saúde: Atribuições e benefícios mediante a capacitação na Atenção Primária; ausência de capacitação aos Agentes Comunitários de Saúde; o papel do enfermeiro como educador; e as ações de educação permanente aos Agentes Comunitários de Saúde.

### **1 – Educação Permanente em Saúde**

A educação permanente é uma prática ascendente, contínua e multidisciplinar, em que decorre um aprendizado baseado no trabalho, onde aprender e ensinar se integram ao cotidiano profissional, para gerar sentido e influenciar na transformação da prática, promovendo uma reflexão crítica sobre as práticas do profissional em ação (DE ANDRADE; LAPOLLI, 2018). Um ponto importante a ser ressaltado é que a educação permanente é um modelo de educação em saúde, composta pela educação continuada (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004).

A despeito da relação da educação permanente e educação continuada, na literatura é ressaltado que as modalidades de educação se diferenciam sobretudo quanto ao tempo de execução e realização, sendo a educação permanente executada constantemente no campo de trabalho frente a situações profissionais que demandam, transformações e superações, sendo realizada através de metodologias voltados ao fortalecimento das práticas profissionais e aprendizado. Já a educação continuada possui um tempo de duração definida, realizada após o período de formação de um profissional, tendo como enfoque a adoção de metodologias de ensino tradicionais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004; CAVALCANTI; GUIZARDI, 2018).

Segundo a OPAS em 1980, o termo Educação Permanente em Saúde (EPS) surgiu na década de 80, a partir do Programa de Desenvolvimento de Recursos

Humanos da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 1988). Da Cruz et al., (2020), esclarece que o interesse com a formação e qualificação dos profissionais de saúde surgiu a partir da Reforma Sanitária e da ruptura com o modelo biomédico. Assim, para corresponder com os princípios e diretrizes da nova geração do conhecimento nas ciências médicas, lidar com os impactos no âmbito científico, social e no sistema de saúde, surgiu a necessidade de repensar a forma de atuação dos profissionais de saúde, assim, a EPS, foi vista como uma grande aliada nesse processo de mudança.

Tendo em vista sua relevância, em 2004, o Ministério da Saúde elaborou a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) para promover avanços no trabalho em saúde na formação de recursos humanos. Nessa política salienta-se que através da educação permanente, o profissional de saúde pode assumir um compromisso ético a partir da formação, sendo criticamente capaz de atuar em diferentes circunstâncias (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004).

Esta colocação vem ao encontro da literatura, sendo possível perceber a dimensão dos benefícios e avanços da EPS. Em síntese, os estudos voltados a abordagem dessa temática, enfatizam que a educação permanente é uma prática educativa que norteia a construção de espaços de diálogo, subsidia a promoção do conhecimento no cotidiano do serviço, contribuindo assim, com a com a qualidade da assistência produzida pelos profissionais de saúde, além de viabilizar, transformações no desempenho profissional (LAVICH et al.,2017).

Rodrigues e Bacci (2020) ao analisarem a EPS, em seu estudo, ressaltam que ela não visa transformar todos os problemas em problemas educacionais, mas prioriza as lacunas de conhecimentos e atitudes que fazem parte da estrutura explicativa dos principais problemas encontrados no cotidiano dos serviços de saúde. Desse modo, segundo os autores, ela deve conceder aos

trabalhadores a oportunidade de aprimorarem suas habilidades e competências, frente a mudanças, além de permitir a construção de habilidades técnicas e viabilizar a superação de ações, tanto nas práticas assistenciais de saúde, quanto nas práticas que envolvam riscos.

Já Da Cruz *et al.*, (2020), por sua vez, chama atenção para o fato de que embora a educação permanente no contexto da saúde seja extremamente benéfica e necessária, alude que a EPS, enfrenta limitações e desafios que interferem em sua implementação e persuadem sua aceitabilidade entre os profissionais de saúde. Diante deste contexto, algumas opiniões sinalizam a necessidade de avaliar a melhor forma de aplicar a educação permanente na prática profissional, sem causar conflitos nesses profissionais e sem levá-los à descrença (BETTANIN; RODRIGUES; BACCI, 2020).

## **2 - Agente Comunitário de Saúde: Atribuições e benefícios mediante a capacitação na atenção primária**

No Brasil, a Atenção Primária à Saúde é o ambiente central para a prestação de cuidados de saúde. Um componente fundamental desse cenário é a presença do Agente Comunitário de Saúde (ACS), cujas funções e responsabilidades desempenham um papel crucial na Estratégia Saúde da Família (ESF). Esses profissionais de saúde têm um impacto direto na promoção da qualidade de vida e na melhoria da saúde da população, conforme destacado por (SILVA et al.,2019). Sobre a atuação do ACS, na atenção primária, Peixoto et al., (2015) ressalta que são profissionais indispensáveis e considerados intermediários entre a população e os serviços de saúde.

Dando suporte teórico ao assunto, convém mencionar que a partir da implementação do SUS, houveram avanços históricos, como descentralização, municipalização de ações e serviços, trazendo amplamente a melhoria e a ampliação da saúde. Considerando esses

avanços, convém destacar o Programa de Saúde da Família (PSF), criado em 1994, com a finalidade de trazer melhoria ao estado de saúde da população, sendo baseado na promoção, diagnóstico precoce, tratamento e recuperação, conforme os princípios e as diretrizes do SUS (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

Posteriormente em 1996, o Programa Saúde da Família (PSF) passou por reformulações se transformando em Estratégia de Saúde da Família (ESF), essa transição proporcionou a formação das primeiras equipes de estratégia em saúde da família, e inserção da atuação do Agente Comunitário de Saúde, essa implantação se deu inicialmente nas regiões do Nordeste, sendo conhecidos inicialmente como visitadores sanitários e inspetores de saneamento (BRASIL 2000).

No que tange a atuação profissional do ACS, a Política Nacional da Atenção Básica (PNAB), cita como atribuição: realizar visitas domiciliares com periodicidade estabelecida no planejamento da equipe e conforme as necessidades de saúde da população, para o monitoramento da situação das famílias e indivíduos do território; desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção de doenças e agravos, e de vigilância em saúde, por meio de visitas domiciliares regulares e de ações educativas individuais e coletivas, na UBS, no domicílio e outros espaços da comunidade e realizar a investigação epidemiológica de casos suspeitos de doenças e agravos junto a outros profissionais da equipe quando necessário (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

Ainda no que se refere às atribuições, Silva et al., (2019), enfatiza que dentre tantas atribuições do ACS, se destaca a atuação do mesmo como facilitador da comunicação entre os profissionais da ESF, e a população, promovendo a aproximação entre esses e conseqüentemente a criação de vínculos. O autor ainda ressalta, que essa atribuição faz com que o ACS, seja visto pela comunidade

como um profissional de referência, desse modo, atuação do ACS, contribui para o fortalecimento da relação de confiança com as famílias atendidas, e permeia a consolidação dos princípios e diretrizes da APS, através da sua atuação nas ações de prevenção, promoção e estabelecimento de vínculo entre os usuários do SUS.

Ao analisar os benefícios da educação permanente em saúde na Atenção Primária à Saúde (APS) e seu impacto no desempenho dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), Santos, Franco e Souza (2020) destacam que os ACS são profissionais que interagem com a comunidade, sendo necessário que sejam capazes de ouvir e compreender diferentes situações. No entanto, considerando que cada profissional possui uma perspectiva única, é natural que surjam diversas dúvidas durante seu processo de trabalho. A educação permanente visa lidar exatamente com esses conflitos, implementando medidas educativas que possam solucioná-los e contribuir para o desenvolvimento profissional dos ACS.

Segundo os autores, a educação permanente é diferente da aprendizagem mecânica, pois proporciona um tipo de aprendizado crítico. Nesse processo, as dúvidas são esclarecidas e novos conhecimentos são adquiridos de acordo com as situações enfrentadas pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Isso faz com que os ACS questionem sua maneira de agir e formulem perguntas que são respondidas através de reflexões sobre o assunto em questão. Dessa forma, eles acumulam e renovam experiências, permitindo que sejam capazes de promover mudanças em sua prática profissional. Como resultado, a formação profissional dos ACS passa por atualizações sucessivas, exigindo que os profissionais sejam flexíveis e tenham a capacidade de aprender continuamente. Isso significa estar aberto a novos conceitos e ser capaz de se adaptar às mudanças que ocorrem no campo da saúde (SANTOS; FRANCO, SOUZA, 2020).

Na opinião de Moreira (2022), a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde teve um impacto direto na mudança das práticas profissionais dos Agentes Comunitários de Saúde. Isso ocorre porque essa política oferece uma condição institucional que possibilita o desenvolvimento de práticas educativas bem-sucedidas e a transformação social do trabalho em saúde. Essa mudança é alcançada por meio do envolvimento dos profissionais com a equipe de Saúde da Família, resultando em um impacto direto na qualidade da atenção em saúde.

Além disso, é nas palavras do autor, a implementação dessa política contribuiu significativamente para a melhoria da qualidade dos registros de informações e no uso de instrumentos de gestão. Isso é especialmente relevante em um contexto em que há restrições nos investimentos federais no Sistema Único de Saúde (SUS). Essa melhoria nos registros e no uso de ferramentas de gestão ajuda a alcançar metas que envolvem custeio e investimento, sendo de extrema importância para o bom funcionamento do sistema de saúde (MOREIRA, 2022).

### **3 - Ausências de Capacitação aos Agentes Comunitários de Saúde**

A ausência de capacitação dos Agentes Comunitários de Saúde pode acarretar uma série de problemas. Estudos revelam que os ACS, estão enfrentando dificuldades crescentes no reconhecimento das necessidades de saúde, na compreensão da dinâmica social da comunidade e nas relações com os colegas de equipe. É crucial que eles adquiram conhecimentos que os auxiliem em seu trabalho, a fim de lidar com essas dificuldades. Quando os ACS recebem capacitação adequada, são capazes de transmitir informações precisas e claras aos usuários dos serviços de saúde, promovendo a integralidade e o acesso aos cuidados de saúde (VILLEGAS et al., 2018).

Além disso, destaca-se a falta de diálogo entre as secretarias estaduais e

municipais de saúde, o que gera disputas de poder e a falta de pactuação técnica, normativa e programática sobre a oferta de intervenções e serviços de saúde. Essa falta de cooperação ameaça a continuidade do cuidado na atenção primária em saúde (DA CRUZ et al., 2020). Vale ressaltar que os ACS também enfrentam limitações no desempenho profissional técnico. Eles relatam sentimento de impotência diante das precárias condições de vida da população, sensação de invisibilidade em relação aos esforços realizados e sinais de desgaste e sofrimento emocional. Esses aspectos pessoais e profissionais permeiam suas dificuldades (FLUMIAN; FIORONI, 2017).

Para lidar com essas questões, é fundamental capacitar os ACS para estabelecer relações que favoreçam a obtenção de informações sobre a saúde individual e coletiva da comunidade. Além disso, é importante promover o compartilhamento de dados com a equipe, colaborando na construção de melhorias na saúde. Infelizmente, a ausência de investimento em atividades educativas e capacitação contribui para essa realidade, dificultando o desempenho adequado das atribuições dos ACS no dia a dia (Silva et al., 2019). Diante desse contexto, percebe-se um desafio em relação à formação e capacitação da equipe multiprofissional, especialmente dos ACS, que são fundamentais para atender às necessidades de saúde da população. A falta de investimento nessa área contribui para um problema de saúde pública complexo (DA CRUZ et al., 2020).

### **4 - O papel do enfermeiro como educador**

A enfermagem é uma profissão voltada para prestação do cuidado em saúde com qualidade e com ênfase na humanização do serviço para atendimento da clientela. Diante dessa premissa, alcançar a qualidade assistencial tornou-se uma necessidade constante, associado a revisões e mudanças na prática e atuação dos profissionais de saúde (BETTANIN; RODRIGUES; BACCI, 2020).

No âmbito da APS, o enfermeiro tem um papel relevante e crucial, pois lhe são atribuídas as funções de planejamento, gerenciamento e execução de ações direcionadas para o desenvolvimento da assistência em saúde individual e coletiva. Logo, o enfermeiro detém a responsabilidade de realizar a supervisão da assistência direta à população, implementar ações de promoção, prevenção, cura e reabilitação, somado ao gerenciamento e articulação dos serviços de saúde, incluindo a condução da equipe e desenvolvimento da educação em saúde e educação permanente (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

Nesse sentido, Lopes et al (2020), considera que o enfermeiro para exercer sua função, dentro da APS, se faz necessário ao enfermeiro associar a educação permanente como estratégia de aprendizagem, e priorizá-la para o desenvolvimento de sua equipe. Aprofundando o assunto, em seu estudo, através da análise das perspectivas de enfermeiros acerca das competências profissionais em UBS e ESF, o autor expõe que na percepção dos enfermeiros a EPS, é vista como uma competência facilitadora, que pode construir e desconstruir significados na busca de novas propostas com vistas ao fortalecimento da APS.

Assim, no caso específico dos ACS, Fernandes et al (2021), reforça a importância da EPS, durante o seu trabalho, e caracteriza o enfermeiro como ator principal no contexto da capacitação dos ACS. O autor ainda menciona que os ACS, têm sua atuação presente em diversos contextos geográficos e culturais, além de contribuir com o cuidado à saúde da comunidade, contudo, o processo de formação dos mesmos em sua grande maioria apresenta fragilidades, tornando-se necessário a oferta de um apoio educacional para amparar a prática profissional.

Em síntese ao refletir sobre a relevância e desempenho profissional do enfermeiro no contexto da saúde e de posse

de todas essas informações, podemos concluir que o enfermeiro em sua prática profissional, será sempre um educador, pois o ensino e a transferência de conhecimentos fazem parte da sua profissão; e a sua ligação com a formação de perfis profissionais e com os serviços de saúde estarão sempre em sua vida (ASSIS et al.,2019).

## **5 - Ações de educação permanente aos Agentes Comunitários de Saúde**

As ações de educação permanente desempenham um papel fundamental na capacitação e atualização dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), proporcionando-lhes conhecimentos atualizados e incentivando sua participação ativa (ALONSO; DUARTE,2018). Conforme Santos, Franco e Souza (2020), o objetivo principal da Educação Permanente para os ACS é introduzir novos conhecimentos, promovendo a interação por meio de perguntas, debates e relatos das dificuldades enfrentadas em seu cotidiano. Para facilitar o aprendizado dos ACS, os profissionais responsáveis pela educação podem utilizar diferentes métodos, como palestras, jogos educativos e cartazes.

Dessa forma, além de capacitar os profissionais com informações atualizadas, essas práticas reconhecem a capacidade dos ACS como seres pensantes e solucionadores de problemas. A capacitação é considerada essencial na formação de um trabalhador reflexivo e pensante (Lopes *et al.*,2021). De acordo com as reflexões de Araújo *et al.* (2021), Assim, as práticas pedagógicas devem ser baseadas na aprendizagem significativa, a fim de engajar os indivíduos em seu processo de trabalho e torná-los responsáveis por suas ações.

Embora tenha havido evolução nas abordagens e execução do trabalho, a Educação Permanente em Saúde (EPS) deve ser mantida como um instrumento de aprimoramento e transformação. Para fortalecer os processos educativos, é fundamental promover a cooperação e o

diálogo contínuos entre a academia, as unidades de saúde e a gestão. Essa colaboração permite uma melhor assistência à saúde dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme destacado por Araújo et al. (2021). Além disso, França e Souza (2020) enfatizam que as ações de educação permanente podem ser desenvolvidas e fortalecidas. A capacitação é considerada essencial para formar profissionais reflexivos e críticos em relação ao seu trabalho.

Nesse sentido, é necessário que as práticas pedagógicas se baseiam na aprendizagem significativa, incentivando os indivíduos a se responsabilizar por seu processo de trabalho. Apesar das mudanças e avanços nas abordagens e execução das atividades, a Educação Permanente em Saúde deve ser mantida como um meio de aprimoramento e transformação contínuos. Para fortalecer os processos educativos, é essencial manter uma colaboração constante e um diálogo aberto entre a academia, as unidades de saúde e a gestão. Dessa forma, é possível proporcionar uma assistência à saúde de maior qualidade aos usuários do SUS, conforme destacado por França e Souza (2020).

Portanto, percebe-se que as ações de educação permanente desempenham um papel central na capacitação e atualização dos ACS, buscando promover o desenvolvimento de profissionais reflexivos, críticos e capazes de solucionar problemas. Essas ações devem ser embasadas na aprendizagem significativa e contar com uma cooperação e diálogo constantes entre todos os envolvidos, para fortalecer os processos educativos e melhorar a assistência à saúde no âmbito do SUS (FERNANDES *et al*,2021).

### **Considerações Finais**

Esta pesquisa possibilitou compreender sobre os impactos da ausência de educação permanente no desempenho dos ACS na Atenção Primária à Saúde. A análise dos artigos demonstrou

consistentemente que a falta de capacitação compromete a qualidade da assistência prestada, resultando em déficits no desempenho dos ACS's, dificuldades na transmissão de informações corretas à comunidade, e potencial comprometimento na qualidade dos serviços prestados.

Por outro lado, a análise dos estudos demonstrou como a educação permanente pode melhorar esses aspectos, promovendo um desempenho mais eficaz e uma abordagem mais abrangente ao cuidado em saúde. A participação ativa dos enfermeiros como educadores amplifica o impacto positivo da educação permanente. No entanto, é crucial reconhecer e superar as barreiras que dificultam a sua implementação na rotina da atenção primária.

A limitação do estudo prende-se ao fato de que a análise se concentrou predominantemente nos impactos negativos decorrentes da ausência de educação permanente dos Agentes Comunitários de Saúde. Uma abordagem mais aprofundada poderia explorar os benefícios potenciais da implementação da educação permanente. Como sugestão para pesquisas futuras, sugere-se dar ênfase em uma análise mais abrangente das implicações da educação permanente, abordando também seus efeitos positivos.

Espera-se que os resultados e análises apresentados incentivem a busca por estratégias e intervenções que aprimorem a qualidade e efetividade da educação permanente direcionada aos Agentes Comunitários de Saúde, visando fornecer subsídios para o desenvolvimento e aprimoramento de políticas públicas voltadas para a capacitação e o treinamento contínuo desses profissionais, e implementação de estratégias eficazes para melhorar o desempenho da equipe de saúde na Atenção Primária.

## **Agradecimentos**

Nosso agradecimento primeiramente a Deus que nos permitiu que tudo isso acontecesse, ao longo de nossas vidas, e não somente nestes longos cinco anos como universitários, mas que em todos os momentos tem sido e é o maior mestre que alguém pode conhecer. A instituição Promove por ter nos proporcionado a estrutura necessária para que pudéssemos crescer academicamente e pessoalmente. toda nossa gratidão.

Nossos queridos orientadores Everaldo Júnior e Gessica, gratidão a todo incentivo e apoio tão importantes que nos foi dado sem ajuda de vocês e ensino nada disso seria possível. Agradecemos a confiança e dedicação inabalável; vocês nunca perderam a confiança no nosso trabalho e sabiam o que fazer para nos impedir de escorregar durante os momentos mais desafiadores.

Aos demais professores por nos proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que se dedicaram a nós, não somente por terem nos ensinado, mas por terem nos feitos aprender. A palavra mestre, nunca fará justiça a vocês docentes dedicados aos quais sem nominar terão os nossos eternos agradecimentos... Aos colegas de classe, nosso obrigado por tantos desafios superados e vividos juntos. Aos nossos familiares, e amigos que com seu incentivo nos fizeram chegar à conclusão do nosso curso e começo de uma nova carreira. A todos que direta ou indiretamente fizeram parte de nossa formação! O nosso muito obrigado.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Claylsonn André Batista et al. Conhecimento de agentes comunitários de saúde acerca do Sistema Único de Saúde e sua operacionalização-Araripe, Pernambuco. *SANARE-Revista de Políticas Públicas*, v. 13, n. 2, 2014.

ALONSO, Carolina Maria do Carmo; BÉGUIN, Pascal Daniel; DUARTE, Francisco José de Castro Moura. Trabalho dos agentes comunitários de saúde na Estratégia Saúde da Família: metassíntese. *Revista de Saúde Pública*, v. 52, 2018.

ASSIS, B. A. et al. 3.1. 3 O papel do enfermeiro como educador: relato de experiência vivida na aula prática de Educação em Saúde. 2019.

BETTANIN, Francelise Susan Mihara; RODRIGUES, Jamile Carvalho; BACCI, Marcelo Rodrigues. Educação permanente em saúde como instrumento da qualidade assistencial. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 7, p. 42986-42992, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica - Secretaria de Políticas de Saúde. Programa Saúde na Família. *Revista de Saúde Pública*, v.34, n.3, p.316-319, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. Brasília (DF), 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990. Brasília (DF), 1990.

BRASIL. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil* 2017; 5 set.

CASARIN, Sidnéia Tessmer et al. Tipos de revisão de literatura: considerações das editoras do *Journal of Nursing and Health*/Types of literature review: considerations of the editors of the *Journal of Nursing and Health*. *Journal of Nursing and Health*, v. 10, n. 5, 2020.

CAVALCANTI, Felipe de Oliveira Lopes; GUIZARDI, Francini Lube. Educação continuada ou permanente em saúde? Análise da produção pan-americana da saúde. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 16, p. 99-122, 2018.

DA CRUZ, Jéssica Gonçalves et al. O impacto da educação permanente na aquisição de conhecimentos teóricos e práticos entre profissionais de saúde. Projeto gráfico e editoração: Higor Costa de Brito, p. 128. 2020.

DE ANDRADE, Elias Sebastião; LAPOLLI, Édis Mafra. Gestão integral: diálogos com educação permanente e continuada nas organizações. Revista Terceiro Incluído, v. 8, p. 07-16, 2018.

DE ARAÚJO, Ana Beatriz Gouveia et al. Educação permanente para os agentes comunitários de saúde: estratégia no processo de trabalho. DESAFIOS-Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins, v. 8, n. 3, p. 9-21, 2021.

DE OLIVEIRA, Arleusson Ricarte et al. Satisfação e limitação no cotidiano de trabalho do agente comunitário de saúde. Revista eletrônica de enfermagem, v. 12, n. 1, 2010.

DOS SANTOS, Sdnei Gomes; FRANCO, Damiana Solange da Cunha Silva; SOUZA, Ladyane Fernandes Deolino. A importância da enfermeira na educação permanente do Agente Comunitário de Saúde (ACS) na Estratégia de Saúde da Família (ESF). Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 12, p. 98517-98533, 2020.

FERNANDES, Larissa Moreira Câmara et al. Agentes Sociais na Estratégia Saúde Da Família (Esf) Para O Controle Da Tuberculose: Educação Permanente Para Os Agentes Comunitários De Saúde (Acs): Uma Revisão Integrativa. Educação, Trabalho e Gestão na Saúde: Reflexões, Reflexos e Ações, v. 1, n. 1, p. 295-306, 2021.

FLUMIAN, Raqueli Braga; FIORONI, Luciana Nogueira. Aproximações às vicissitudes e superações do trabalho do Agente Comunitário de Saúde. Tempus-Actas de Saúde Coletiva, v. 11, n. 2, p. ág. 179-198, 2017.

FRANÇA, Marcus Vinicius Sacramento; SOUZA, Marcos Vinicius Castro. Educação permanente para agentes comunitários da Unidade de Saúde Sussuarana em Salvador-Ba. Revista de APS, v. 23, 2020.

KESSELER, Fabrine Daiane et al. A RELAÇÃO DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE COM A EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA E USUÁRIOS: UM ESTUDO EM UM MUNICÍPIO DA 13ª COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE. 2013.

LAVICH, Claudia Rosane Perico et al. Ações de educação permanente dos enfermeiros facilitadores de um núcleo de educação em enfermagem. Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 38, 2017.

LOPES, Olívia Cristina Alves et al. Competências dos enfermeiros na estratégia Saúde da Família. Escola Anna Nery, v. 24, 2020.

MENDES, Eugênio Vilaça. Desafios do SUS. Brasília, DF: CONASS, 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1104190>. Acesso em: 21 abr. 2023.

MENICUCCI, T. M. G. História da reforma sanitária brasileira e do Sistema Único de Saúde: mudanças, continuidades e a agenda atual. *História, Ciências, Saúde*, v. 21, n.1, p.77-92, 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política de educação e desenvolvimento para o SUS: caminhos para a educação permanente em saúde. 2004.

MOREIRA, Camila Mascarenhas. Avaliação do Curso de Formação Técnica de Agentes Comunitários de Saúde da Escola de Saúde Pública do Ceará por meio da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde no município de Horizonte. 2022.

PEIXOTO, Hilda Maria Cardoso et al. Percepção do agente comunitário de saúde sobre educação em saúde em uma unidade básica. *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*, 2015.

PINTO, L. F.; GIOVANELLA, L. Do Programa à Estratégia Saúde da Família: expansão do acesso e redução das internações por condições sensíveis à atenção básica (ICSAB). *Ciência e Saúde Coletiva*, v.23, n.6, p.1903-1913, 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição. Editora Feevale, 2013.

SAFFER, Denis Axelrud; BARONE, Luciana Rodriguez. Em busca do comum: o cuidado do agente comunitário de saúde em Saúde Mental. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 27, p. 813-833, 2017.

SILVA, Jessica Mayara Almeida et al. Dificuldades experienciadas pelos agentes comunitários de saúde na realização da educação em saúde. *Enfermagem em Foco*, v. 10, n. 3, 2019.

SOUSA MF. AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE: CHOQUE DE POVO. SÃO PAULO: HUCITEC; 2001.

VALLEGAS, Alessandra Branco et al. A educação permanente em saúde no processo de trabalho dos agentes comunitários de saúde. *Pesquisa Sociedade e Desenvolvimento*, v. 9, n. 4, pág. e129942962-e129942962, 2020.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. Minutes of the technical preparatory committee for the international health conference held in Paris from 18 March to 5 April 1946. Paris: United Nations, World Health Organization Interim Commission, 1946a.